



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

Parecer nº 6 / 2021 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto a eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital n.º 001/2021, documento n.º 1370985.
2. A presente licitação é regida pela n.º 10.520/2002, pela Lei Complementar n.º 123/2006, pelos Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019, 7.892/2013 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG n.º 03/2018 e pelas condições constantes no mencionado Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666/1993.
3. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme abaixo mencionado.
 - a) planilha padrão de estimativa de preços e manifestações da SEAQUI, documentos n.ºs 1357590, 1344152 e 1357645;
 - b) informação acerca da ação orçamentária visando o Registro de Preços, documento n.º 1345691;
 - c) análise da legalidade da minuta pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, documento n.º 1355199;
 - d) autorização de abertura do certame licitatório pela autoridade competente, em documento n.º 1356646;
 - e) designação de Pregoeiro e equipe de apoio, com juntada de cópia da portaria que designou o Pregoeiro e membro de equipe de apoio, documentos n.ºs 1358762 e 1362291;
 - f) documento referente à divulgação do Edital em meio eletrônico - *Comprasnet* e publicação do Edital no D.O.U., documentos n.ºs 1362294 e 1362327.
4. Os procedimentos realizados durante o processo licitatório foram descritos acuradamente pela Pregoeira, cujo Relatório, adoto, documento n.º 1379676.
5. Quanto ao aludido Relatório, destacamos os seguintes trechos:

Aberta a sessão, a Pregoeira fez a análise preliminar das propostas apresentadas. Em seguida, foram iniciadas as etapas competitivas aberta e fechada, tendo sido ofertados os lances registrados na ata acostada aos autos (doc. n.º 1379374). Procedeu-se à abertura da fase aberta de forma gradativa, primeiro para os itens de 1 a 6 e, depois, para os itens de 7 a 14, e a etapa de forma fechada foi aberta simultaneamente para todos os 14 itens

Após a classificação das propostas pelo próprio sistema, consultamos as empresas que apresentaram os melhores lances para os itens se estes atendiam às especificações do edital e negociamos a redução dos valores, tentando obter

melhores preços. Algumas empresas não responderam, mas foram informadas que *“considerando que é responsabilidade do licitante atender às exigências do edital e que o preço ofertado está menor que o estabelecido pelo órgão, procederemos a aceitação”*. Para a empresa PERIPERI EXPRESS COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, alertamos se estava ciente de que o preço para o item 8 representava 40,45% do preço estimado pelo órgão, que para o item 11 representava 45,73%, e que para o item 13 representava 42,77%. E a resposta deles foi afirmativa. Portanto, terminado o tempo de espera concedido para as respostas, procedemos à aceitação dos valores apresentados e prosseguimos para a fase de habilitação.

Para procedermos a análise da documentação das empresas decidimos por suspender a sessão e reiniciá-la no dia seguinte.

Na análise da documentação de habilitação, verificamos as seguintes pendências em relação às empresas:

JOSÉ CÉLIO FERREIRA OLIVEIRA - tudo foi verificado pelo SICAF e nenhum documento expressava objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação. Também não foi possível emitir a prova de regularidade com a Fazenda Nacional;

3G - COMERCIO SERVICO E CONSULTORIA LTDA – a certidão de falência apresentada estava vencida, mas foi possível emitir outra; a da fazenda estadual estava vencida pelo SICAF, mas possível emitir uma atualizada; não foi possível emitir prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

ALL ALIMENTOS EIRELI e PERIPERI EXPRESS COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL – tudo verificado pelo SICAF ou emitida pela internet.

Reaberta a sessão no dia 03/02/2021, às 8:30h, solicitamos à empresa JOSÉ CÉLIO FERREIRA OLIVEIRA, menor preço para o item 2, para que no prazo de 2 (duas) horas encaminhasse pelo sistema, exclusivamente, documentos complementares aptos a comprovar que atendia à habilitação exigida, isto é, documento de habilitação jurídica da empresa que expressasse objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação, sob pena de inabilitação. Aberto o prazo de 2 horas para o envio da documentação, não foi atendida a solicitação e por isso a empresa foi inabilitada.

Consultamos então a próxima empresa classificado pelo sistema em segundo lugar para o item 2, a ALL ALIMENTOS EIRELI, se a proposta apresentada atendia às especificações e se poderia reduzir o preço, no entanto, ela disse não ter interesse no item 2 e desistiu da proposta, alegando variação no preço do produto.

Partimos então para a empresa classificada pelo sistema como estando em 3º lugar para o item 2, a ARCANJO COMERCIO EIRELI. Consultamos se a proposta apresentada atendia às especificações e se poderia reduzir o preço. No entanto, a empresa não respondeu ao *chat*, mas, por ser responsabilidade da empresa manter-se conectada todo o tempo à sessão e como o preço ofertado estava igual ao limite estabelecido, procedemos à aceitação da proposta.

Partimos então para a análise dos documentos de habilitação da empresa ARCANJO COMERCIO EIRELI, que não apresentou qualquer pendência.

Efetuamos consultas aos *sites* do TJ-BA, TJ-GO, SEFAZ do estado da BA e da Caixa Econômica Federal (FGTS) das empresas que estava com alguma certidão pendente.

Encerrada a supramencionada etapa de julgamento das propostas, a Pregoeira esclareceu aos licitantes que as propostas que foram aceitas preenchiam os requisitos de habilitação previsto no edital, e que também foram feitas consultas ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em nome das empresas e de seus sócios majoritários (condição 11.10.1 do edital).

No que se refere à empresa 3G - COMERCIO SERVICO E CONSULTORIA LTDA, considerando que não foi possível obter o certificado de regularidade junto ao FGTS, mediante consulta ao site da Caixa Econômica e, considerando que o item 11.16. estabelece que *"caso haja alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação"* para ME/EPP, a empresa foi habilitada junto com as demais e foi aberto o prazo para que ela apresentasse a regularidade junto ao FGTS.

Abriu-se então o prazo para registro de intenção de recursos para os itens 'aceito e habilitado', mas nenhuma empresa se manifestou, sendo adjudicados os itens das empresas habilitadas, ficando pendente apenas o item 3 para a empresa 3G - COMERCIO SERVICO E CONSULTORIA LTDA.

Foi esclarecido mais uma vez que, no tocante à empresa 3G - COMERCIO SERVICO E CONSULTORIA LTDA, seria aguardado que a empresa regularize a pendência fiscal encontrada (regularidade com o FGTS) no prazo de 5(cinco) dias úteis contados da data de 03/02/2021, sob pena de inabilitação e retorno de fase para aceitação da proposta dos licitantes remanescentes. Por tal motivo não foi adjudicado o item 3 à empresa 3G - COMERCIO SERVICO E CONSULTORIA LTDA e foi encerrada a sessão.

Dentro do prazo de 5(cinco) dias úteis, exatamente no dia 10/02/2021, a empresa 3G -COMERCIO SERVICO E CONSULTORIA LTDA, enviou a certidão de regularidade com o FGTS ao *e-mail* desta pregoeira, o que motivou a adjudicação do item 3 que estava pendente.

Convém ressaltar que nas certidões do SICAF das empresas nas quais há indicação de OCORRÊNCIAS E IMPEDIMENTOS foram procedidas as consultas sobre quais seriam estas e emitidos os Relatórios de Ocorrências de cada empresa. No entanto, nenhuma delas impede a contratação com o TRE-BA.

6. Assim, sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

1. 3G - COMÉRCIO SERVIÇO E CONSULTORIA LTDA., para o item 3, no valor total de R\$ 2.925,00 (dois mil novecentos e vinte e cinco reais);
2. GD MAGAZINE COMÉRCIO LTDA., para os itens 1 e 4 no valor total de R\$ 21.684,00 (vinte um mil seiscentos e oitenta e quatro reais);
3. ARCANJO COMÉRCIO EIRELI, para o item 2 no valor total de R\$ 9.528,00 (nove mil quinhentos e vinte e oito reais);
4. ALL ALIMENTOS EIRELI, para o item 6 no valor total de R\$ 1.160,00 (mil cento e sessenta reais);
5. BAHIA DISTRIBUIDOR COMÉRCIO DO NORDESTE EIRELI, para os itens 5 e 14; no valor total de R\$ 81.600,00 (oitenta e um mil e seiscentos reais);
6. PERIPERI EXPRESS COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, para os itens 7 a 13, no valor total de R\$ 2.964,00 (dois mil novecentos e sessenta e quatro reais).

7. Observa-se que a Pregoeira não logrou êxito na tentativa de negociação para redução dos preços ofertados, conforme registrado na Ata de Realização do Pregão Eletrônico, documento n.º 1379374.
8. Deste modo, procedeu-se à habilitação das licitantes que ofertaram as melhores propostas válidas, juntando-se a documentação comprobatória, devidamente verificada pela Pregoeira, conforme documentos n.ºs 1379381, 1379386, 1379390, 1379394, 1379397 1379404 e 1379408.
9. Habilitadas as vencedoras e findos os prazos para regularizar as eventuais pendências citadas, foi aberto o prazo para que as demais licitantes, querendo, pudessem registrar intenção de recorrer, não ocorrendo manifestação por parte das mencionadas empresas, passando a Pregoeira à fase de encerramento da sessão, tendo o objeto sido adjudicado, consoante Termo de Adjudicação, constante no documento n.º 1379414.
10. Quanto aos demais atos procedimentais, verifica-se a regularidade formal do certame, consoante o quanto previsto na legislação pertinente, podendo o presente processo ser encaminhado à Diretoria-Geral, com vistas à homologação do procedimento e convocação das empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos dos arts. 13, VI e VII, e 46, do Decreto nº 10.024/19 e art. 13 do Decreto nº 7.892/13, de acordo com o Relatório Final do Pregão, Relatório Resultado por Fornecedor e Termo de Adjudicação, documentos n.ºs 1379676, 1379412 e 1379414, respectivamente.
11. Em linha com o princípio da publicidade dos atos administrativos, recomenda-se, s.m.j., que conste da aprovação da Autoridade Competente, o nome das licitantes vencedoras com os respectivos valores, de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, documento n.º 1379412.
12. Ressalte-se que as futuras contratadas deverão manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos- Lei 8666/93.

À consideração superior.

PEDRO PAULO ANDRADE

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Andrade e Silva**, Técnico Judiciário, em 24/02/2021, às 10:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas**, Assessor, em 24/02/2021, às 12:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1382909** e o código CRC **EFB5751D**.



0137364-28.2020.6.05.8000

1382909v5